



PARECER JURÍDICO

DE: ASSESSORIA JURÍDICA
PARA: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 087/2016

EMENTA: PREGÃO PRESENCIAL. FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES NACIONAIS POR MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO. EDITAL DE LICITAÇÃO E ARP. REGULAR.

Vistos,

Trata-se de solicitação de Parecer Jurídico oriundo do Departamento de Licitação, em que requer parecer desta Assessoria Jurídica sobre o edital de licitação para realização de Pregão Presencial para registro do menor preço para futuro e eventual fornecimento de passagens terrestres nacionais por maior percentual de desconto, compreendendo a remessa, emissão, reserva, agendamento, venda, marcação, remarcação, endosso e reembolso, com apuração por Item, assim como declarações e minuta de ARP, cujas cópias seguem em anexo, verificando assim se os mesmos atendem ao contido nas Leis Federais n.º 10.520/2002 e 8.666/93, bem como se podem ser adotados.

Com efeito, analisando o referido Edital, que segue em anexo a solicitação, verifica-se que o mesmo contém no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta e para início da abertura dos envelopes, conforme disposto no **caput** do art. 40, da Lei Federal n.º 8.666/93. Percebe-se também que estão presentes as indicações previstas nos incisos do **caput** deste artigo, necessárias e próprias a realização desta modalidade e/ou forma de certame, bem como o disposto na Lei Federal n.º 10.520/2002.

Em relação à Minuta de ARP, conclui-se que estabelece com clareza e precisão as condições para a execução do contrato, expressas em cláusulas que definem os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, como



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
GABINETE DO PREFEITO



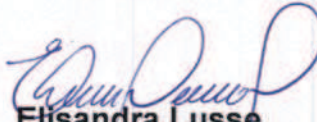
prescreve o art. 54, § 1º, da Lei das Licitações, bem como estão constantes todas as cláusulas necessárias elencadas nos incisos do art. 55, do mesmo diploma legal acima mencionado, razão pela qual entendo que tanto o Edital como a Minuta guardam regularidade e adequação com as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93.

Verifica-se que o presente procedimento não apresenta orçamentos e conforme justificativa C.I nº 114.2016 – **Coordenação de Compras**, os valores das passagens serão orientados pela empresa regularizadora **AGER- Agência Regulação dos Serviços Públicos (passagens terrestres)**, levando em conta que existem inúmeras localidades que podem ser solicitadas para viagens já que a frequência de necessidade oscila em virtude da precisão de cada Secretaria.

Diante do exposto, uma vez verificada a legalidade e regularidade **OPINAMOS** que tanto o edital quanto a minuta em questão, atendem o estipulado pela Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93.

Este é o parecer que levo a apreciação da Comissão Permanente de Licitação, do Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Finanças e Administração e em última instância, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

Juína/MT, 27 de julho de 2016.


Elisandra Lusse
Assessora Jurídica
OAB/MT nº 17.927/O